

Periodicidade: Diária

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 14000

Temática: Sociedade

Dimensão: 1853 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 4/5



Greve na PJ. Mais meios para reforçar investigação

Sindicatos da Polícia Judiciária mantêm greve concertada. O envolvimento dos profissionais de todas as áreas num protesto é algo inédito

JOAQUIM GOMES
radar@online.pt

A Polícia Judiciária está a viver uma greve inédita. Pela primeira vez na sua já longa história estão concertadas nas mesmas jornadas de luta todas as associações sindicais representativas da investigação criminal, da segurança e dos funcionários técnicos, administrativos, auxiliares e operários da PJ, "unidas em torno das questões basilares, que são de justiça, de direito e estabelecem o rumo de futuro para a nossa organização, a PJ".

Numa posição conjunta do universo de trabalhadores da Polícia Judiciária são denunciadas desde logo "as decisões políticas que têm vindo a retirar da Polícia Judiciária instrumentos de informação, de forma dissimulada, através de pequenos decretos, colocando-os na dependência direta do poder executivo, comprometem definitivamente a separação de poderes e a realização plena de um Estado de Direito".

O que, a acontecer, "compro-

metará definitivamente o sonho que os profissionais desta instituição têm de Portugal poder contar mesmo com uma investigação criminal isenta, especializada e independente do poder executivo, obedecendo apenas a estritos critérios de legalidade", referem os profissionais da polícia de investigação criminal portuguesa.

"Lutamos por isto, diariamente, há muitas décadas", referem, salientando que "com esta política para a PJ [pretendida pelo poder político] sabemos que apenas serão investigados os não poderosos, nem influentes, os frágeis, os pobres e os que nada possuem", afirmam.

"Sabemos que uma investigação criminal independente é um sinal de maturidade de uma democracia, mas é também uma ameaça para os poderosos e para os interesses instalados... Será que é aqui que reside o problema? E será que é por isto que se não investe na PJ e não se deseja uma investigação criminal independente do poder executivo?", questionam.

"Apesar da coragem dos pro-

fissionais da PJ e do tremendo sacrifício pessoal com que cumprem a sua missão, haverá ainda quem entenda que o nosso país não deva possuir uma agência de investigação com este capital de isenção e rigor, independente, que não hesita em investigar quem quer que seja que deva ser investigado sem fazer distinção social, económica, religiosa ou outra", destacam os profissionais da PJ.

"PAÍS MERECE UMA PJ QUE NADA TEME" Começando por perguntar "se não será o país merecedor de uma PJ que nada teme e que apenas obedece ao estrito cumprimento da legalidade, doa a quem doer", os elementos da Polícia Judiciária afirmam que "a Justiça em Portugal fica mais frágil quando a Polícia Judiciária é enfraquecida, manietada de recursos e impedida de cumprir as fun-



PJ precisa do dobro de investigadores

Na área da investigação criminal, a Polícia Judiciária tem atualmente cerca de 1100 inspetores, um número muito aquém do esperado, segundo Ricardo Valadas, presidente da Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária (ASFIC). O responsável explicou ontem que o quadro previsto pela própria Judiciária é de 2500.

ções para que no âmbito do sistema de justiça foi criada".

"É assim altura de este governo provar que tem, efetivamente, como prioridade o combate à corrupção e contrariar o que aqui afirmamos, é altura de mostrar que não tem medo de reforçar e apoiar a Polícia Judiciária, é altura de agir em identidade com os discursos, terminando este ciclo de enfraquecimento da PJ, e altura de dizer aos portugueses que podem permanecer tranquilos, porque a sua Polícia Judiciária terá capacidade para os proteger das ameaças constantes impostas pelo crime organizado e transnacional, pelas redes de tráfico de estupefacientes, pelo terrorismo, pela criminalidade relativa à alta finança e pela corrupção."

"CHEGOU O TEMPO DE ACABAR COM A MENTIRA" Para as estruturas representativas dos pro-



i	Periodicidade: Diária	Temática: Sociedade ²
	Classe: Informação Geral	Dimensão: 1853 cm
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
	Tiragem: 14000	Página (s): 4/5

07-02-2019



Manifestantes
à porta da Polícia
Judiciária de Braga
DR

fissionais da PJ, “chegou o tempo de acabar com o estado de aceitação generalizada da mentira, porque não há investimento no combate à corrupção, um fenómeno criminal que persiste e que afeta, há décadas, todos os serviços públicos essenciais de apoio aos cidadãos, exaurindo-os dos fundos necessários”. Mas os funcionários da PJ vão mais longe, referindo “não haver investimento no combate à corrupção, não existir investimento no combate à cibercriminalidade, assim como não há investimento na deteção, prevenção e investigação do terrorismo”. O que não é facilitado igualmente “por não haver sequer um plano de contratação que substitua as saídas dos quadros da PJ – não entra um profissional para a investigação da PJ há cinco anos”, além de que “a lei orgânica da PJ e os estatutos dos seus profissionais têm cerca de 20 anos”, a par de “os 120

inspetores em formação terem sido anunciados mais de dez vezes em todos os discursos de início do ano judicial, quando nós temos hoje uma média de idades a rondar os 50 anos”. “Tudo faremos para que a sociedade civil exija aos políticos responsabilidades e justificações perante uma intenção que consideramos deliberada e atentatória de uma instituição que se assume na primeira linha de defesa contra a complexa e grave atividade criminosa que ameaça o Estado de Direito democrático e a constitucional exigência de separação de poderes e que não se pode negar”, segundo destacam os profissionais da PJ. “Possuímos no nosso ADN uma cultura de responsabilidade inatacável, conforme traduz bem a história da instituição, que granjeou um capital de respeito, credibilidade e confiança por parte dos portugueses, reconhecida internacional-

mente e ao alcance de poucas instituições”, referem os responsáveis sindicais.

“APENAS O GOVERNO NÃO HONROU OS SEUS COMPROMISSOS”

Acerca das questões que, na sua perspetiva, diretamente, podem e devem mudar o rumo

Profissionais da PJ dizem que vão fazer tudo para que a sociedade exija responsabilidades

Polícias pretendem a reposição dos escalões que foram congelados

dos acontecimentos, as três associações sindicais destacam “a revisão do estatuto das carreiras da Polícia Judiciária, a revisão da lei orgânica da PJ, a crónica falta de recursos humanos e materiais, tal como as suas consequências diretas na realização e cumprimento das competências da Polícia Judiciária”. Por outro lado, recordam “a necessidade de reposição dos escalões que foram congelados, provocando uma profunda injustiça e distinção inéditas entre os funcionários da Polícia Judiciária e outros trabalhadores da função pública”. É igualmente preconizada “a aplicação da fórmula correta de cálculo dos suplementos de risco e turno, assim como a devolução das quantias em dívida desde 2010”, que estimam em cerca de quatro milhões de euros, à média de 1.500 euros a cada funcionário.

“Fomos as últimas carreiras da Justiça a chegar a esta situação de rutura. Fomos muito pacientes, identificámos problemas, mas propusemos soluções”, acrescentam os mesmos profissionais, salientando que negociaram “em dezenas de reuniões e no limite dos nossos poderes e capacidades, com seriedade e elevado sentido de Estado”. “Apresentámos alternativas sempre adequadas face às dificuldades financeiras que o país atravessa. Sempre cumprimos com a nossa palavra honrando os princípios que a PJ defende e protege, pelo que nada nos pode ser apontado pela tutela. Apenas o Governo não honrou os seus compromissos”, dizem ainda, recordando: “Tudo fizemos e tudo faremos pelo reconhecimento dos nossos direitos e a dignidade das nossas carreiras, pois não somos poucos, não somos insignificantes, somos a PJ e chegou agora o momento de mostrarmos o que pretendemos, ombro a ombro, uns pelos outros, juntos.”